

# PGGE

Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina

## BOLETIM INFORMATIVO Nº 40

**Novembro - 2012**

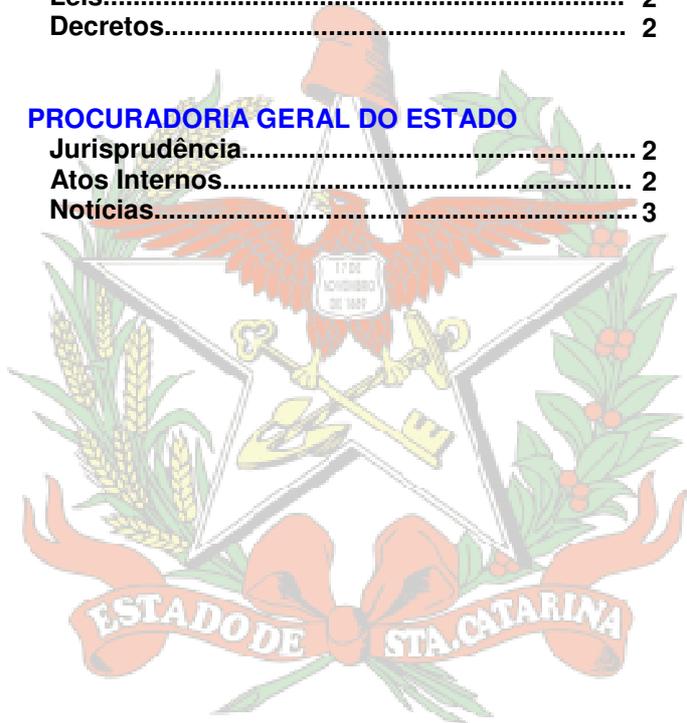
### SUMÁRIO

#### LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis.....	2
Decretos.....	2

#### PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Jurisprudência.....	2
Atos Internos.....	2
Notícias.....	3



**GOVERNADOR DO ESTADO**  
João Raimundo Colombo

**PROCURADOR-GERAL  
DO ESTADO**  
João dos Passos Martins Neto

**SUBPROCURADOR-GERAL  
DO CONTENCIOSO**  
Antonio Fernando Athayde Jr.

**LEGISLAÇÃO****ESTADUAL***Leis***LEI COMPLEMENTAR Nº 580, de 5 de outubro de 2012**

Altera o parágrafo único do art. 11-A da Lei Complementar nº 495, de 2010, que institui as Regiões Metropolitanas.

**LEI Nº 15.897, de 5 de outubro de 2012**

Dispõe sobre a exibição, pelos estabelecimentos de Educação Básica do Estado, da autorização de funcionamento expedida pelo Conselho Estadual de Educação.

**LEI Nº 15.899, de 5 de outubro de 2012**

Cria a Ação Estadual de Valorização do Artesanato no Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

*Decretos***DECRETO Nº 1.187, de 4 de outubro de 2012**

Aprova o Regulamento do 1º Concurso Público para Provimento de cargos da carreira de Defensor Público.

**DECRETO Nº 1.193, de 5 de outubro de 2012**

Altera dispositivo do Decreto nº 2.128, de 20 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o alcance dos regimes de tributação relacionados à importação de mercadorias.

**DECRETO Nº 1.195, de 5 de outubro de 2012**

Altera dispositivos do Decreto nº 501, de 16 de setembro de 2011, que nomeia integrantes do Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação.

**DECRETO Nº 1.197, de 9 de outubro de 2012**

Altera a programação físico-financeira do Plano Plurianual 2008/2011, cria unidade orçamentária e abre crédito especial em favor da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina.

**DECRETO Nº 1.198, de 11 de outubro de 2012**

Altera dispositivo do Decreto nº 470, de 31 de agosto de 2011, que dispõe sobre o Sistema de Atos do Processo Legislativo e estabelece outras providências.

**DECRETO Nº 1.207, de 11 de outubro de 2012**

Dispõe sobre a prorrogação do prazo de recolhimento do ICMS-ST, devido por distribuidores e atacadistas de bebidas quentes.

**DECRETO Nº 1.218, de 23 de outubro de 2012**

Acrescenta dispositivo ao Decreto nº 1.161, de 5 de setembro de 2012, que dispõe sobre a concessão de autorização para participação de servidores públicos dos órgãos e das entidades da administração pública estadual em eventos nacionais e internacionais e viagens ao exterior, e estabelece outras providências.

**DECRETO Nº 1.227, de 30 de outubro de 2012**

Estabelece diretrizes gerais para as ações dos órgãos de segurança pública do Estado em implementação à Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), aprova o Plano Estadual de Segurança Pública para a Faixa de Fronteira e atribui denominação especial a unidades policiais e de perícia sediadas na faixa de fronteira do Estado.

**DECRETO Nº 1.228, de 31 de outubro de 2012**

Estabelece ponto facultativo nos órgãos e nas entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual.

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO****JURISPRUDÊNCIA****SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL  
RECLAMAÇÃO Nº 14836**

Reclamante: Estado de Santa Catarina  
Procurador: Fernando Filgueiras  
Reclamado: Tribunal Superior do Trabalho  
Relator: Ministro Marco Aurélio  
Publicação: 6 de novembro de 2012

Ementa: Decisão reclamação. Afastamento de preceito legal. Ação declaratória de constitucionalidade Nº 16/DF. Liminar deferida.

1. O Estado de Santa Catarina (...) visa anular acórdão proferido pela Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho, no Agravo de Instrumento no Recurso de Revista nº 1560-23.2010.5.12.0048, por meio do qual restou afastada a vigência do § 1º do artigo 71 da Lei nº 8.666/93, considerada a jurisprudência consolidada no item IV do Enunciado nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho. Consoante alega, a condenação a si imposta – pagamento de verbas trabalhistas devidas por prestadora de serviços terceirizados, presente a responsabilização subsidiária – ocorreu mediante pronunciamento do órgão fracionário.

Requer a concessão de medida acauteladora para suspender, até o julgamento final desta reclamação, a tramitação do processo trabalhista. (...)

2. Nota-se haver sido afastado o § 1º do artigo 71 da Lei nº 8.666/93, no que exclui a responsabilidade solidária da tomadora dos serviços. Saliendo que, em 24 de novembro de 2010, o Plenário do Supremo julgou procedente o pedido formulado na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16/DF e assentou a harmonia do citado parágrafo com a Constituição Federal.

3. Defiro a liminar para suspender, até a decisão final desta reclamação, a eficácia do acórdão proferido pela Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho, no Agravo de Instrumento no Recurso de Revista nº 1560-23.2010.5.12.0048.

**ATOS INTERNOS****PORTARIA PGE/GAB Nº 43, de 24 de setembro de 2012**

Designa servidores para comporem a Comissão Permanente de Licitação no âmbito da Procuradoria Geral do Estado, pelo período de um ano, a contar de 01/09/2012, fazendo cessar os efeitos da Portaria nº 065/2011 publicada no DOE de 15/09/2011.

**PORTARIA GAB/PGE Nº 45, de 5 de outubro de 2012**

Homologa o resultado do concurso de remoção para o preenchimento de vaga para Procurador do Estado na Procuradoria Regional de Lages.

**PORTARIA GAB/PGE Nº 46, de 5 de outubro de 2012**

Designa Procuradores do Estado para integrarem Comissão para realização do processo de remoção de Procurador do Estado para preenchimento de uma vaga disponível na Procuradoria Regional de Chapecó.

**PORTARIA PGE/GAB Nº 47, de 10 de outubro de 2012**

Designa os membros da Comissão do 1º Concurso Público para ingresso na carreira de Defensor Público.

**PORTARIA GAB/PGE Nº 48, de 10 de outubro de 2012**

Homologa o resultado do concurso de remoção para o preenchimento de vaga para Procurador do Estado na Procuradoria Regional de Chapecó.

**PORTARIA GAB/PGE Nº 49, de 10 de outubro de 2012**

Designa Procuradores do Estado para integrarem Comissão para realização do processo de remoção de Procurador do Estado para preenchimento de uma vaga disponível na Procuradoria Regional de Joaçaba.

**PORTARIA GAB/PGE Nº 50, de 12 de outubro de 2012**

Homologa o resultado do concurso de remoção para o preenchimento de vaga para Procurador do Estado na Procuradoria Regional de Joaçaba.

**PARECER N° 290/2012**

Autor: Francisco Guilherme Laske

Origem: Secretaria de Estado da Educação

Ementa: 1. Movimentação de servidores públicos no âmbito da Secretaria de Estado da Educação. Regras estatutárias segundo as quais o membro do magistério terá exercício no local de sua lotação e o afastamento do membro do magistério dar-se-á somente para exercer atividades pedagógicas. 2. O ato de movimentação de servidores públicos, para ser válido, não prescinde da devida motivação. 3. O desvio funcional, forma de ilícito administrativo, expõe o respectivo agente à responsabilização por improbidade administrativa.

**NOTÍCIAS**

**Lançado edital do concurso para defensor público em Santa Catarina**

O edital do 1º Concurso Público de Provas e Títulos para ingresso na carreira de Defensor Público em Santa Catarina foi publicado, em 10 de outubro, no Diário Oficial do Estado. A inscrição dos candidatos aos 60 cargos de defensor público será feita exclusivamente pela internet entre 11 de outubro e 9 de novembro e custará R\$ 200. A carga horária será de 40 horas semanais e o subsídio mensal é de R\$ 8,4 mil, acrescido de auxílio-alimentação.

Caberá à Fundação de Estudos e Pesquisas Sócioeconômicas (Fepese) o recebimento das inscrições e a elaboração e aplicação da prova escrita objetiva e das provas escritas práticas. A Procuradoria Geral do Estado (PGE), que preparou o Edital Nº 001/2012, será responsável pelas demais etapas do concurso, com suporte operacional da Fepese. O endereço eletrônico do concurso será <http://defensoriasc.fepese.org.br/>.